

REVISTA DE GEOGRAFIA



PPGEO

Programa de Pós-Graduação
em Geografia ufjf

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E LUTA PELA TERRA NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O ASSENTAMENTO MOCAMBO, EM BARRA DO CHOÇA-BA

**THE PRODUCTION OF AGRARIAN SPACE AND FIGHT FOR LAND IN BRAZIL:
A LOOK AT THE MOCAMBO SETTING, IN BARRA DO CHOÇA-BA**

Rosymario Bittencourt Fagundes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Av. Jardim Guanabara, 1900, Boa Vista, Vitória da Conquista-BA, CEP 45026-145
E-mail: mariobitten@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo faz uma discussão sobre a produção do espaço agrário no Brasil, tendo como estudo de caso o Assentamento Mocambo, em Barra do Choça (BA), ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Desenvolvido com base no método dialético, o estudo é voltado ao debate da democratização da terra, via reforma agrária, que se contrapõe aos preceitos básicos das ações do capitalismo no campo. Busca-se, também, apresentar a relação espaço-tempo na constituição do assentamento, que foi criado em 1996 e cujas famílias permanecem no processo de reprodução da vida, por meio do trabalho realizado na terra. A discussão é ampliada com entrevista com assentados, cujos nomes, por ética, serão preservados neste trabalho. Destaca-se a importância de os movimentos sociais pautarem suas ações no processo de conscientização da realidade desigual e combinada na qual o campo se reproduz, assim como as contradições no processo de produção e apropriação da riqueza socialmente produzida, em que a propriedade privada sobre a terra e a expropriação histórica da classe camponesa adquire todo o sentido no processo de intensificação da luta de classes. A luta pela terra, da qual resultou o assentamento Mocambo e outros tantos assentamentos no país, pode ser vista como parte dessa realidade.

Palavras-chave: Produção do espaço, luta pela terra, MST, reprodução da vida.

Abstract

This article discusses the production of the agrarian space in Brazil, having as a case study the Settlement Mocambo, in Barra do Choça (BA), linked to the Landless Workers Movement (MST). Developed on the basis of the dialectical method, the study is focused on the debate on the democratization of land through agrarian reform, which is opposed to the basic precepts of the actions of capitalism in the countryside. It is also sought to present the space-time relationship in the constitution of the settlement, which was created in 1996 and whose families remain in the process of reproduction of life, through work done on earth. The discussion is expanded with interview with settlers. It is important to emphasize the importance of social movements to guide their actions in the process of awareness of the unequal and combined reality in which the countryside reproduces, as well as the contradictions in the process of production and appropriation of socially produced wealth, in which private property over land and the historical expropriation of the peasant class acquires full meaning in the process of intensification of the class struggle. The struggle for land, which resulted in the Mocambo settlement and other settlements in the country, can be seen as part of this reality.

Keywords: Space production, fight for land, MST, reproduction of life.

1. Introdução

É fato reconhecível por qualquer estudioso que, embora o capitalismo tenha promovido significativo avanço das forças produtivas, com desenvolvimento científico e tecnológico nos vários campos do conhecimento, ele se apresenta contraditório, com benefícios maiores para determinados sujeitos/classes sociais, enquanto a maioria da população é expropriada dos meios de produzir a vida.

Essas contradições na reprodução dos sujeitos/classes sociais ficam mais evidentes ainda ao se considerar, historicamente, o espaço agrário brasileiro, que está em constante transformação, seja por sua própria natureza ou pelas relações sociais que se dão nele.

No campo brasileiro, é visível que ao longo do tempo o espaço foi sendo moldado de maneira a favorecer a economia dos países ditos de primeiro mundo – a “descoberta” do Brasil, inclusive, se deu em razão de Portugal sair ao mar em busca de rotas alternativas às especiarias da Índia.

As nações mais desenvolvidas sempre tiveram – e ainda têm –, interesses econômicos nas riquezas naturais do Brasil, um dos principais fornecedores no mundo de matéria prima para grandes indústrias e de alimentos produzidos em larga escala, hoje denominados *commodities*.

Por esse motivo, a área agricultável no Brasil, em sua maior parte, é dominada pelo agronegócio, hoje responsável por 23% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.¹

Na outra ponta, dialeticamente compondo o espaço agrário brasileiro, estão aqueles que não foram diretamente beneficiados com o avanço do capitalismo no campo e tiveram de sair da terra, seja por razões climáticas, pela falta de emprego ou por terem sido expulsos dessa, o que gerou, ao longo dos anos, a formação de movimentos sociais do campo que lutam por acesso a terra.

Ressalta-se ainda a existência daquelas famílias de pequenos agricultores, que mesmo convivendo com muitas dificuldades, permaneceram nas suas terras de trabalho. São esses sujeitos que, junto aos movimentos de luta pela terra, garantiram a reprodução dessa classe camponesa no Brasil.

Enfrentar essas contradições do sistema capitalista no campo, que no discurso estatal coloca os grandes proprietários do agronegócio como grande destaque econômico,

¹ Informação obtida em:

<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/exportacoes-baianas-crescem-gracas-a-soja-algodao-e-frutas/>.

Acesso em: 17/04/2018.

tendo em vista a sua contribuição para o PIB nacional, significa considerar que, ao mesmo tempo centenas e milhares de famílias camponesas, que têm na sua produção os alimentos fundamentais que abastece grande parte da mesa dos brasileiros, são relegados pelo estado capitalista.

O incentivo do poder público é importante para dar impulso a qualquer setor da economia, e se faz mais necessário, sobretudo, no apoio a quem tem menor condição material para tocar a produção.

Mas, será que isto ocorre? Até que ponto o que os governos fazem ou deixam de fazer interferem na produção do espaço agrário? Em que medida a ação do Estado, em seu caráter classista, intensifica os conflitos no campo? Talvez a resposta a essas indagações ainda estejam longe de serem objetivas.

Mas se fizermos um pequeno recorte da realidade podemos ter uma ideia mais próxima de como a produção do espaço agrário no Brasil se dá. Um recorte, por mais que ele represente a realidade e um local em específico, com todas as suas características únicas, pode servir como parte de uma realidade maior.

E é nesse sentido que se escolheu analisar o processo de luta para a constituição e reprodução do Projeto Assentamento Mocambo, em Barra do Choça (BA), como objeto de pesquisa para uma discussão sobre a produção do espaço agrário nacional.

O assentamento é um dos primeiros a serem criados na Bahia e é fruto da disputa de terras entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o agronegócio no Sudoeste da Bahia, cujo modelo segue os parâmetros nacional e internacional.

Assim, o que se busca aqui é desenvolver uma pesquisa sobre a produção do espaço agrário brasileiro, tomando-se como referência de análise um assentamento rural da Bahia, que a partir do método dialético, permite expressar a luta histórica dos trabalhadores pela terra.

Escolheu-se para esta análise o Projeto Assentamento Mocambo pela história que ele possui, a qual é marcada por conflitos que resultaram até em mortes de três sem terras, no processo de ocupação e que atualmente possui mais de 20 anos de existência.

Para se obter um entendimento maior a respeito da produção do espaço no Assentamento Mocambo, a pesquisa terá como referência no tempo o período de 25 de julho de 1996 a 25 de abril de 2018.

A data de início foi a escolhida acima por ser o dia da desapropriação, por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fazenda Mocambo, que viria a ser o assentamento.

O trabalho de campo no assentamento foi realizado no dia 14 de abril de 2018, quando os assentados foram entrevistados. Neste trabalho foram colocados os depoimentos que dão ideia mais próxima da realidade geral do assentamento.

Acreditamos que este trabalho possa auxiliar a refletir sobre as condições de produção do espaço agrário no Brasil. E o fato de existir movimentos sociais que lutam por acesso a terra sinaliza que algo precisa ser revisto, ou ao menos pensado.

2. Mas, afinal, o que é o espaço?

Impossível iniciarmos a discussão sobre a produção do espaço agrário no Brasil sem antes percorrermos, de forma breve, sobre o conceito de espaço em si.

Afinal, o que é o espaço? O vazio (o oco) dentro de um objeto? O infinito das galáxias?

Durante séculos, a noção ou definição sobre o que é o espaço esteve quase que restrita à matemática ou à geometria. Falar em espaço social, por exemplo, era algo que não soava bem aos ouvidos da elite pensante.

O conceito de espaço já tinha experimentado longa elaboração filosófica, mas a história da filosofia também resumia a emancipação progressiva das ciências, e principalmente das matemáticas, em relação ao seu tronco comum: a metafísica.

A discussão avançaria a partir das teorias do filósofo francês René Descartes, durante a Idade Moderna, quando ele passou a uma etapa decisiva da elaboração do conceito de espaço e sua emancipação.

Descartes, em sua obra “Os princípios da Filosofia” (1997), acomodou a tese do filósofo grego Aristóteles, a qual versa sobre a impossibilidade de interpenetração dos corpos.

O filósofo francês, em suas teorias, afastou logo a ideia de existir espaço separado dos corpos, e rejeitou a tese que separa a “extensão corpórea” da “extensão espacial”. Para o filósofo francês, é tudo a mesma coisa.

Assim, ele transformou a extensão na essência do corpo e o pensamento na essência da alma, concluindo em seguida que a extensão seria tudo que é corpo, enquanto que o pensamento seria tudo que é alma.²

Henri Lefebvre, em sua obra “A produção do Espaço” (2006, p. 13), entende que as teorias de Descartes ajudaram a concluir a tradição aristotélica segundo a qual o espaço e o

² Descartes. Os princípios da Filosofia. Lisboa: Edições 70, 1997.

tempo fazem parte das categorias; de modo que eles permitem nomear e classificar os fatos sensíveis, por mais que seu estatuto permaneça indeciso.

Nesse sentido, escreve Lefebvre (Ibdem), pode-se considerá-los seja como simples maneiras empíricas de agrupar fatos sensíveis, seja como generalidades eminentes, superiores aos dados dos órgãos do corpo. A partir de Descartes, o espaço entra no absoluto, afirma Lefebvre.

Com o filósofo Immanuel Kant, a noção de categoria do espaço seria retomada. Ele crê na existência de duas formas de sensibilidade: o espaço e o tempo. Enquanto o espaço estaria relacionado à Geografia, o tempo teria relação mais com a História.

Para Kant, “o espaço é uma representação necessária a priori, que serve de fundamento a todas as percepções exteriores, o local onde ocorrem os fenômenos.”³ Kant dá singular importância ao espaço ao afirmar que nada pode ser representado sem espaço e é por meio dele que se realiza a sistematização das coisas exteriores.

Contrapondo-se a essa visão kantiana, Henri Lefebvre (2006) entende que o espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer.

O espaço está vivo, porque ele é constituído de seres vivos que fazem desse espaço algo singular, de acordo com suas culturas, seus costumes, sua forma de se relacionar uns com os outros ao longo da história.

Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira, produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. (...) O espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso. Portanto, ele não se situa a tal ou tais “níveis”, “planos” classicamente distinguidos e hierarquizados. (LEFEVBRE. 2006, p. 5)

Seguindo esta linha de pensamento, o geógrafo Milton Santos (2008, p. 12), entende o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a cultural-ideológica.

³ In COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. **Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares**. Revista GEOMAE, v. 1 n. 2. 2010. p. 25-56.

Isso significa que o espaço, como instância, contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia.

O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer, para Santos (2008), que a essência do espaço é social, o que implica diretamente em sua produção.

O espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível; isto é: a paisagem; de outro lado, é o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. (SANTOS. 2008, p. 12)

A partir dessa definição de Milton Santos (2008), que apresenta o espaço como a soma da paisagem com a sociedade, temos a reflexão de que há uma relação entre a forma e o conteúdo na configuração espacial.

E por isso mesmo, elas estão sempre mudando ao longo da história, num movimento dialético. Esse movimento, destaca Santos (Ibidem), pode ser considerado como a soma do todo social, apreendido por meio da realidade geográfica.

E cada localização é um momento do movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso, observa Santos (2008, p. 13), cada lugar está mudando de significação, graças ao movimento social.

A cada instante, as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas.⁴ Cada lugar, continua o geógrafo, tem a cada momento um papel próprio no processo produtivo. Este é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo.

Daí podemos entender que a produção do espaço possui relação direta com o lugar, no todo, seja ele qual for – relação com as pessoas que vivem nele, com os meios de produção, com a paisagem e suas características climáticas.

Tudo isso vai determinar o que será produzido em certos locais e os seus circuitos produtivos, que se dão no espaço de forma desagregada, porém sem estarem desarticulados, formando, no fim, um conjunto que forma o espaço social.

⁴ Nesta parte da obra “Espaço e Método” (2008, p. 13), Milton Santos chama a atenção para não confundir os termos localização e lugar, que pode ser o mesmo, já as localizações mudam. O lugar é o objeto ou conjunto de objetos; e a localização é um feixe de forças sociais exercendo em um lugar.

Cada um deles possui sua devida importância no processo de produção do espaço, situado em seu devido momento histórico e cada caso particular nos ajuda a compreender a organização do espaço (SANTOS. 2008, p. 14).

Assim é, por exemplo, quando observamos o espaço agrário brasileiro.

3. A produção do espaço agrário no Brasil

Quando observamos o espaço agrário brasileiro, impossível não vir logo à mente as grandes fazendas, onde há criação de gado para corte e leite em pastagens que se perdem de vista, ou a produção em larga escala de alimentos que em sua grande maioria são destinados à exportação.

Esse pensamento, quase automático, da maioria das pessoas, é fruto de uma herança colonial, quando o Brasil ainda pertencia a Portugal e acabou sendo dividido em Capitânicas Hereditárias, a partir de 1534, através da Lei das Sesmarias, que seria a “primeira medida jurídico-formal que objetivou orientar a distribuição de terras e combater as terras incultas” (MEDEIROS, 2003).

A Lei das Sesmarias está na raiz da ocupação do espaço agrário no Brasil. Dela foram sendo ocupados os espaços no campo, houve o povoamento, relações sociais e de trabalho, bem como culturais e econômicas foram estabelecidas, dando forma ao que entendemos como produção do espaço.

Nessa época, quem tinha direito às posses eram apenas os portugueses e os senhores que constituíam a burguesia local, muitos também já descendentes destes. O espaço agrário no Brasil passaria a ter maior intensidade entre 1822 e 1850, quando deixaram de existir leis que regulamentassem o acesso a terra.

Foi a época do “império das posses”, até que em 1850, a Coroa de Portugal decretou a Lei número 601 – a Lei de Terras, e a partir daí os processos de obtenção de terras se ampliaram, mas com irregularidades de toda ordem.

Dessa forma, a produção do espaço agrário no Brasil se deu a partir de uma relação de poder, sem que houvesse a existência de direitos a todos com relação ao acesso a terra. Resultado disso, é que o campo brasileiro, hoje, apresenta uma das maiores concentrações de terra do mundo, o que motivou também o surgimento, sobretudo a partir dos anos de 1950, de movimentos sociais do campo para lutarem pela reforma agrária.

O problema da concentração de terras no campo no Brasil, conforme analisou em 2016 a Oxfam (organização que estuda a desigualdade social no mundo), interfere de forma direta na desigualdade social do país.⁵

No relatório com a análise é informado que as grandes propriedades rurais no Brasil somam apenas 0,91% do total dos imóveis, porém concentram 45% de toda a área rural do país. Já os estabelecimentos com menos de 10 hectares, o equivalente a 10 campos de futebol, são 47% do total de estabelecimentos do país, mas ocupam menos de 2,3% da área total.

Os dados citados no relatório são do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais também revelam que, ao longo dos anos, há pouca mudança nas camadas intermediárias, de áreas entre 10 e 100 hectares e entre 100 e 1.000 hectares. O Censo de 2006 do IBGE é o mais recente.

Nessas faixas, tanto a área ocupada quanto o número de estabelecimentos permanecem os mesmos, o que remete à baixa mobilidade no perfil fundiário do país. Essa constatação é reforçada pelos índices de Gini das grandes regiões e dos estados brasileiros ao longo dos anos. O indicador mede a desigualdade, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade.

O Censo, destaca a Oxfam (2016), aponta que há três décadas o índice de concentração de terras tem se elevado gradativamente no Brasil. Das 27 Unidades da Federação, apenas nove apresentaram queda nesse índice, como Roraima, que passou de 0,813 para 0,664 entre os censos de 1995 e 2006.

Esses dados acima mostram um panorama sobre o espaço agrário brasileiro, e como ele se apresenta hoje. Importante frisar que as estatísticas representam nada mais que as ações que vêm sendo feitas ao longo dos anos, seja por entes públicos ou privados no campo.

E quando falamos em entes públicos, devemos lembrar que é dever do poder público garantir o direito ao acesso à terra a todos, de forma igualitária. O Brasil tem o Estatuto da Terra (de 1964), que garante a reforma agrária no país.

Pelos dados que se apresentam, porém, percebe-se que o Estatuto da Terra é algo que ainda não fez parte dos planos de políticas públicas do Governo Federal, o qual vem dando tratamento diferenciado para os pequenos agricultores, não só com relação à distribuição de terras no Brasil, como também ao incentivo para produção agrícola.

⁵ O relatório da Oxfam “TERRENOS DA DESIGUALDADE - Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural” está disponível neste link: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf. Acesso em 20/04/2018.

No Brasil, segundo a Oxfam (2016), o acesso a recursos e incentivos públicos para a agricultura teve um papel chave na consolidação da desigualdade no campo, já que o acesso a recursos financeiros e técnicos foram muito mais direcionados para os grandes produtores rurais.

O crédito rural no Brasil foi criado pela Lei nº 4.829/1965. Ele pode ser usado para o financiamento das atividades de custeio das despesas normais de cada ciclo produtivo, para o investimento em bens ou serviços cujo aproveitamento se estenda por vários ciclos produtivos, ou, ainda, na comercialização da produção.

Desde 1995, o Brasil possui uma política pública voltada para o incentivo a agricultura familiar e para assentados da reforma agrária, chamado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia projetos individuais ou coletivos com baixas taxas de juros. O crédito destina-se ao custeio da safra ou da atividade agrícola, incluindo investimento em máquinas, equipamentos, infraestrutura de produção e serviços.

Na safra de 1999/2000, o Pronaf abrangia 3.403 municípios, com R\$ 3,3 bilhões disponibilizados para financiamento e com taxa de execução de 66%. Em 2007/2008, foram atendidos 5.379 municípios e o montante disponibilizado no ano seguinte chegou a R\$ 10 bilhões, com taxa de execução de 84,5%. Os dados retratam a participação expressiva das faixas menores, com destaque para estabelecimentos de 10 a 50 hectares – o que pode indicar a capilaridade do Pronaf.

Os dados oficiais mostram ainda a desigualdade na distribuição regional dos recursos públicos. Enquanto estabelecimentos da região Norte receberam 3% do crédito rural do Brasil, a região Sul teve 30%. Há disparidade ainda na distribuição dos valores dentro das classes de área. Em 2006, os estabelecimentos de 1.000 hectares ou mais concentraram 44,10% do crédito rural, enquanto 80% dos menores estabelecimentos obtiveram entre 13,18% e 23,44%.

A origem da discrepância está no valor médio dos financiamentos obtidos: o valor financiado nas classes de áreas menores de 20 hectares não chega a R\$ 10 mil, e nas classes de 20 a menos de 100 hectares não passe de R\$ 20 mil. Já na classe dos estabelecimentos a partir de 2.500 hectares, o valor médio chega a mais de R\$ 1,9 milhões. A conclusão da Oxfam (2016) não poderia ser outra: o Brasil está diante de uma realidade em que o desenvolvimento no campo é desigual.

Para a entidade,

O pacote tecnológico não abrange homogeneamente todo o espaço rural brasileiro e o maquinário, que deve ser capaz de elevar os índices de

produção, ainda está distante da popularização entre os produtores rurais. O sistema agrícola brasileiro está concentrado em uma elite detentora de grandes quantidades de terra, e as políticas públicas para agricultura tendem a privilegiar este grupo, consolidando a desigualdade no campo. Mesmo sem acesso a recursos, a agricultura familiar produz cerca de 70% de toda a alimentação básica que chega à mesa dos brasileiros e brasileiras. (OXFAM. 2016, p. 13)

Esse problema nacional interfere diretamente nos municípios brasileiros, que dependem, em sua maioria, dos recursos federais para conseguir manter as contas em dia – e muitos ainda não conseguem, seja por desvio de dinheiro público ou até mesmo pela má administração dos recursos, com gastos em obras e ações de pouco efeito social, seja de curto, médio ou longo prazo.

Por ser um país bastante agrário, o desenvolvimento da maioria das cidades brasileiras passa pelo desenvolvimento no campo, pela distribuição de terras e demais recursos agrícolas, bem como pela redução dos índices de concentração fundiária.

Hoje, no Brasil, apesar de ainda ser grande a concentração fundiária, ela está relativamente estabilizada, mas entre 2003 e 2010 apresentou crescimento apenas no número de grandes propriedades – as médias, pequenas e os minifúndios todos foram reduzidos. Em 2003, o Brasil tinha 4.288.672 imóveis rurais e em 2010 passou a 5.167.476, de acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra.

No que se refere à distribuição por classificação de áreas, o panorama no campo, em 2003, era de 9,4% minifúndios, 17,8% pequenas propriedades, 21,2% médias propriedades e 51,6% grandes propriedades. Em 2010, as grandes propriedades passaram a 56,1% do total, as médias a 20%, as pequenas a 15,6% e os latifúndios a 8,2%.

Buscar uma razão para esta relativa estabilização na concentração fundiária brasileira não é objetivo do presente artigo acadêmico. Podemos observar, porém, que o espaço agrário brasileiro, em seu processo dialético, tem se transformado, em muitos casos, por pressão dos movimentos sociais do campo que lutam pela realização da reforma agrária. Sem eles, talvez, a situação de desigualdade estaria mais grave.

Por causa desses movimentos, que contestam o modelo de desenvolvimento do campo utilizado no Brasil e que atinge os espaços agrários cada um de um modo, a depender do que historicamente vem sendo utilizado como meio de produção desse espaço, muitos antigos latifúndios ou grandes propriedades rurais que por uma razão ou outra passaram a ser improdutivas, transformaram-se em assentamentos rurais.

Até o final de 2017, o Incra contabilizava no Brasil 972.289 famílias em 9.374 projetos de assentamentos rurais, os quais ocupavam uma área de quase 88 milhões de

hectares. O movimento social do campo de maior expressividade no país é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que informou ter cerca de 350 mil famílias assentadas pelo Incra no Brasil.

Na Bahia, onde o movimento começou a atuar em 7 de setembro de 1984, dia da primeira ocupação de um imóvel rural, na cidade de Alcobaça, no Extremo Sul, há 12 mil famílias ligadas ao movimento assentadas pelo Incra em 691 assentamentos que somam 2.044.783,26 hectares.

O total de assentados na Bahia (incluindo os que são ligados ao MST) é de 48.664 famílias. Já o número de acampamentos do MST (em áreas de ocupação ou próximo ao imóvel rural que se deseja que seja desapropriado para a reforma agrária) na Bahia é de 218, onde cerca de 20 mil famílias aguardam por um lote de terra para iniciar novo tipo de produção do espaço em determinado lugar.⁶

Não se pode afirmar com certeza de 100% que todos assentamentos rurais do Brasil, da Bahia ou de qualquer outro estado foram criados a partir da intervenção dos movimentos sociais do campo, mas ao menos a maioria, sim.

E a maioria deles também são fruto não só da luta por acesso a terra, mas do embate contra um modelo de desenvolvimento rural baseado no capitalismo que tem se mostrado, diante do interesse governamental, eficiente em alguns aspectos, como no aumento das exportações, mas problemático em outros, como na concentração de terras, diminuição de empregos, devido a mecanização da agricultura, dentre outros.

No caso do Projeto Assentamento Mocambo, localizado em Barra do Choça, na Bahia e alvo da presente pesquisa, ele se enquadra entre os assentamentos que foram criados após ocupação da fazenda e disputa de terra com o antigo proprietário.

É uma disputa entre as forças de produção: o agronegócio – representado pela antiga Fazenda Mocambo, onde antes era área de pecuária – e os trabalhadores rurais que, justamente devido ao avanço do capitalismo no campo, das condições climáticas adversas e da falta de incentivo governamental para se reproduzirem, viram seus empregos ou fontes de sobrevivência irem embora e resolveram se unir para conseguir voltar ao campo e fazerem valer o direito de acesso à terra.

Na produção do espaço social, seja ele qual for, estão sempre envolvidas forças internas e externas agindo em conjunto, numa dialética única que privilegia algumas delas. Dentre essas forças, Milton Santos (2008) destaca também o Estado e o mercado.

⁶ Informação publicada no Jornal Correio: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/com-novo-discurso-mst-tenta-atrair-militantes-urbanos/>. Acesso em: 20/04/2018.

Entender como elas se dão será importante para a próxima etapa deste trabalho, que discorrerá sobre a produção do espaço no Assentamento Mocambo, desde a sua criação, há mais de 20 anos.

3.1 As forças que envolvem a produção do espaço

O geógrafo Milton Santos (2008) avalia que, ainda que os governos sejam representativos dos interesses dominantes, eles levam em conta as contingências da segurança nacional e, em escala bem menor, os interesses sociais, embora os governos os minimize, já para priorizar o capital, conforme, inclusive, foi constatado pela Oxfam, com relação à produção do espaço agrário no Brasil.

Santos (2008) considera tanto o governo quanto o mercado subsistemas no espaço social, e o exame deles dois indica a forma como o Estado se ocupa dos interesses próprios ao capital, o que repercute, diretamente, no trabalho.

Ambos os sistemas se realizam localmente pela geografização dos seus processos, o que permite levar em conta a participação de cada um no processo de produção social, econômica e espacial.

As ações governamentais, sejam elas por iniciativa própria do governante ou por força externa à esfera de governo, sempre vai beneficiar mais às classes dominantes, detentoras dos meios de produção, inclusive da terra, e prejudicar a maior parcela da população – que constitui a classe expropriada dos meios de produção, ou, no caso dos camponeses, detentores de pequenas frações de terra, e que nessas sobrevivem com uma série de dificuldades.

Porém as ações, quando direcionadas para alguma demanda específica, como a criação de infraestrutura para o desenvolvimento econômico, podem ser do agrado tanto do mercado quanto de frações da sociedade.

A essas ações, Milton Santos (2008) chama de fixos (estradas, pontes), que atraem e criam fluxos, orientando a economia e a dinâmica humana, o que determina sua viabilidade e direção.

Ressalta-se que esse capital imobilizado pelo Estado, em um sentido geral, acaba por privilegiar grandes locais de desenvolvimento da produção do agronegócio, não se concretizando, de um modo geral, as comunidades rurais mais pobres, que são as que mais precisam de tais recursos, aumentando no país o fosso social no campo.

Dos próprios fluxos também ser gerados outros fixos na órbita do subsistema de mercado, sobretudo quando os fixos de origem pública são insuficientes para atender à demanda.

Assim, demonstra Milton Santos (2008) como o papel do Estado, enquanto um agente do capital, se efetiva, plenamente, no atendimento das demandas dos grandes proprietários fundiários e empresas capitalistas que atuam no campo.

As ações governamentais que interferem diretamente na produção do espaço social podem ser também por meio das funções, como a criação de leis que possam, por ventura, estimular a economia, a exemplo da proibição ou liberação de algum produto que é importado/exportado.

Nesse interim, mais uma vez acrescenta-se a relação direta entre mercado e Estado, quando o último se submete – por que controlado por este, aos interesses dos capitalistas e proprietários fundiários que atuam no campo.

A liberação de determinados produtos químicos, proibidos em diversos países do mundo, para serem utilizados nas lavouras brasileiras, atendendo aos interesses principalmente do capital industrial e financeiro, é apenas um, dentre tantos exemplos.

Santos (Ibidem, p. 103) considera, assim, que as formas geográficas não são apenas resultado da evolução da sociedade, mas que podem também orientar essa evolução.

Uma das condições para tanto é que tais forças sejam representativas de uma totalidade geográfica maior e/ou sirvam à expressão de uma totalidade social mais abrangente.

Na outra esfera de forças que envolvem um espaço social, Milton Santos (2008) fala sobre as internas e as externas, que são as que determinam o processo de evolução da totalidade do espaço, em meio a um conflito.

Um fator externo não quer dizer que seja de fora, de outro país, sobretudo quando se trata de alguma região menor, ou de um lugar. Neste caso, o fator externo pode ser dado pelo Estado ou pela região.

Já o fator interno, por sua vez, tem uma dimensão que varia de acordo com a análise adotada. A definição é dada pelo conjunto de variáveis da área em questão. Pois, cada lugar se caracteriza por arranjo de variáveis, espacialmente localizado e determinado. Isso é o que faz os lugares se distinguirem uns dos outros.

Com base nesse pensamento, por exemplo, podemos afirmar que as razões para um conflito no campo entre membros do MST e fazendeiros são sempre próprias do lugar

onde ele está ocorrendo, por mais que na essência esteja presente a ideia de estar um lado lutando pela terra e contra o sistema econômico do agronegócio e do outro o proprietário de terra que deseja realizar a produção do espaço ao modo como vem sendo feita, já que ele tem o poder de escolher o que fazer em seu imóvel.

Entendemos, assim, que num espaço social, seja ele na área rural ou urbana, há sempre forças que vão de alguma forma interferir no sistema de produção espacial, seja de um jeito ou de outro. Essas forças se materializam no campo por meio de um conjunto de ações que envolvem sujeitos/classes, governos e grupos sociais muitas vezes antagônicos.

O conflito entre proprietário fundiário (que visa manter sua propriedade pela via da exploração do trabalho de outros) e trabalhadores que lutam por um pedaço de terra onde possam se reproduzir por meio do trabalho familiar é uma expressão concreta desse processo.

O espaço está em constante movimento em qualquer parte do mundo, e a forma como ele se apresenta para nós hoje, seja no lugar onde vivemos e ajudamos a produzir neste espaço, ou onde possamos ir passar uns dias, é resultado também das nossas ações individuais, mas, sobretudo, coletivas, como veremos na análise sobre a produção do espaço no Projeto Assentamento Mocambo.

4. A produção do espaço no Assentamento Mocambo

Quando cerca de 850 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam, em 17 de abril de 1994, a Fazenda Mocambo, cuja localização pode ser observada na Figura 1, que ilustra o território do município de Barra do Choça (BA), o governo brasileiro, de tendência neoliberal na época, ainda buscava aprender como lidar com o problema da reforma agrária no país.

Nesse processo, diz Gomes (1991), espaço e tempo, na concepção filosófica do materialismo dialético, são duas dimensões da mesma realidade: a materialidade do mundo. Para ele não há matéria fora do espaço e do tempo, como também não há espaço e tempo fora da matéria.

Eles são inseparáveis e, pelo fato de não existir matéria sem movimento, fazem parte da dinâmica da matéria. O espaço se reproduz indefinidamente como nosso espaço e o tempo como novo tempo.

Entende-se, pelo método adotado, que na singularidade do recorte analítico da referida pesquisa – o Assentamento Mocambo – se expressa à totalidade da produção do espaço sob a égide do modo de produção capitalista.

No campo, ela se materializa em conflitos concretos pela terra de trabalho por parte de camponeses e trabalhadores assalariados expropriados dos meios de produção, remetendo as condições estruturais do desenvolvimento do capital no campo, em seus rebatimentos sobre o trabalho.

A transformação da comunidade do Mocambo de fazenda para assentamento rural, a partir da ação de militantes e famílias sem-terra vinculadas ao MST, faz parte de uma dinâmica da matéria em movimento, cujas origens históricas remontam ao processo de apropriação privada da terra no Brasil.

Em um contexto mais recente, ela remete à modernização da agricultura brasileira e das formas de reestruturação da produção (e do espaço) para atender ao processo de expansão do capital (em suas diversas expressões: industrial, agrário, financeiro) no campo.

Historicamente, a luta pela terra no Brasil por movimentos sociais de forma organizada vem da década de 1950, quando foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas e um pouco mais tarde, na década de 1960, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Esses movimentos deram a base para o surgimento do MST, em 1984, no final da Ditadura Militar no Brasil. Ditadura esta que, logo em seu início, em 1964, criou o Estatuto da Terra (Lei 4.504), o qual regulamentou o uso e a posse da terra, enfatizando a sua função social e propondo mudanças na estrutura agrária brasileira – o Estatuto da Terra daria origem ao Plano Nacional de Reforma Agrária no governo de José Sarney (1985-1990), ocultando a realidade dos conflitos fundiários e sufocando a ação dos movimentos em luta pela reforma agrária.

camponesa e por vezes, a dificuldade de viver apenas do trabalho na terra, leva parte desses sujeitos a constante condição de venda de sua força de trabalho, fora da área do assentamento (SOUZA, 2008)

A partir de então, no decorrer da ditadura militar, a reforma agrária assumiu o status de “políticas públicas” não implementadas (NOVAES, 1998). O campo no Brasil transformava-se num espaço de conflitos intensivos, cresciam as desigualdades sociais e aumentava a concentração fundiária, intensificando a luta pela terra no país.

Grupos ligados a Igreja Católica se articulavam para combater a exploração do homem pelo homem no campo. Desses grupos surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ambas ligadas à Igreja Católica.

Com a organização dos trabalhadores em torno de autoridades ligadas à Igreja e também aos sindicatos, as ocupações de terra se intensificaram, surgindo movimentos sociais do campo com denominações variadas.

Diversos desses grupos se agruparam para formar o MST em um congresso ocorrido em 1985 na cidade de Curitiba (PR), onde foram elaborados os objetivos e princípios organizativos do MST e criadas condições para o movimento expandir sua atuação pelo Brasil.

Nesse contexto, é fundado o MST na Bahia, sendo a região do Extremo Sul berço do surgimento do movimento no estado e que, na época, já vinha sendo alvo de empresas plantadoras de eucalipto para produção de celulose e outros monocultivos que exploravam madeira da Mata Atlântica e expulsavam das terras pequenos produtores rurais e a população originária do território (os povos indígenas).

No Sudoeste, o movimento encontraria espaço para atuação para fazer frente ao modelo de expansão da monocultura do café, que trouxe a mecanização para o campo e a consequente geração de desemprego de trabalhadores rurais.

O registro da chegada do MST na região Sudoeste da Bahia está na reportagem “Conheça o MST por dentro”, da revista Conquista News:

Pouco antes de abril de 1994 vieram dois líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio Grande do Sul e do Sul da Bahia. Tem-se conhecimento de apenas um dos líderes: Sandro Almir, conhecido como “Gaúcho”. Eles vieram fazer trabalho de base, articular com as lideranças locais para chamar as famílias para o movimento. No período de quase dois meses, foram reunidas 850 famílias, a maioria oriunda da periferia de Vitória da Conquista. Famílias que, segundo Rosalvo José dos Santos, um dos atuais líderes do MST em Conquista, foram expulsas do campo ou migraram para a zona urbana em busca de emprego. Vieram também famílias de Itambé, Barra do Choça, e outros povoados pequenos (CONQUISTA NEWS; Jan./Fev. 2005, p.8-9).

O periódico registra um clássico problema da sociedade moderna: o desemprego no campo de famílias que, sem alternativa, vão para as periferias dos grandes centros em busca de sobrevivência.



FIGURA 2: Sede do Assentamento Mocambo. Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2018.

No caso do Sudoeste da Bahia, mais especificamente no Planalto da Conquista, os problemas no campo se agravam na década de 1970, quando da política de incentivo à plantação do monocultivo do café, que, devido aos incentivos governamentais, se expandiu de forma rápida pelas terras da região, gerando nova configuração espacial no campo.

Os processos de valorização e consequente titulação de terras até então “sem donos”, muitas delas utilizadas, na forma de posse, por camponeses, ocasionam processos de expropriação de centenas de famílias, intensificando o conflito em torno da terra na região.

O conflito entre posseiros e latifundiário denominado “Matas de Pau-Brasil”, entre os anos de 1972 a 1981 e a histórica “Greve dos Trabalhadores do Café”, no ano de 1980, evidenciam essa realidade (SOUZA, 2008).

Constatou-se que a implementação das relações capitalistas no campo, a partir da necessidade da inserção do Sudoeste da Bahia, no sistema da reprodução ampliada do capital, representou uma mudança radical nas formas de organização social e nas relações de produção desenvolvidas até então no território. Uma destas mudanças substanciais diz respeito à forma de uso da terra. Esta, até então, tinha como princípio fundamental o uso e a posse. Com o processo de “modernização” via implantação do cultivo do café, estas passam a sofrer um processo de valorização, sendo

objeto de disputas entre aqueles que viviam da terra há décadas e até séculos e aqueles que vêm na propriedade privada da terra a possibilidade de renda e de lucros crescentes. Assim, a terra se transforma em mercadoria e os conflitos no território são inevitáveis (SOUZA, 2009, p. 18).

Com o passar dos anos, os conflitos foram se agravando a ponto de ocorrer, em 17 de abril de 1994, a primeira ocupação de fazenda por parte do MST no Sudoeste da Bahia⁹. A ocupação era a da Fazenda Mocambo.

A posterior transformação de fazenda em assentamento, que ocorreria dois anos após a ocupação, período no qual ocorreram conflitos que geraram morte de três membros dos sem terras do MST. O crime ocorreu num dia incerto de novembro de 1994.

O assentado M.P.S., 64 anos, é um dos que estavam no dia que houve o conflito, que matou dois sem terras na hora (Maria Zilda e José Bonfim) e um outro, conhecido como “Negão”, que morreu um mês depois. M.P.S. é um dos 80 assentados do Mocambo, onde cada assentado possui um lote de 20 hectares. Mas até receber o lote, foi muito sofrimento, segundo relata o assentado:

Estou aqui desde o acampamento, a luta foi muito sofrida, a gente foi muito humilhado, passamos muita dificuldade, fome, sede, até chegar ao ponto de ser assentado. Foi muito cansativo, teve muita ameaça de pistoleiro, perdemos três companheiros, Maria Zilda, Zé Bonfim e outro que ficou baleado conhecido como Negão. Cheguei aqui dia 12 de agosto de 1994, na primeira ocupação, entrei e nunca desisti, não tenho arrependimento algum na época trabalhava de diária com fazendeiro, tinha uns que davam os serviços, outros não davam.

Ter uma atividade para fazer era um desafio para alguns dos que estavam no acampamento. Muitos buscavam emprego nas fazendas vizinhas, mas, segundo os assentados, o dono da fazenda Mocambo tinha pedido aos seus colegas de atividade para não darem emprego aos sem terras.

Inclusive, o motivo do conflito, segundo eles relatam, teria sido que os sem terras que foram mortos entraram na fazenda apenas para rapinar uma área, de tanto agoniados que estavam por não terem o que fazer.

Outro assentado, F.F.S., 46 anos, também relata sobre as dificuldades para se conseguir um emprego em fazendas da região, mesmo ele tendo conseguido em outras mais distantes:

⁹ Ressalta-se que, embora o MST enquanto movimento institucionalizado só passe a atuar no Sudoeste da Bahia, a partir da criação da regional de mesmo nome, no ano de 1994, quando as ocupações passam a ser organizadas efetivamente por este movimento, o mesmo insere-se na organização de outras áreas de ocupação de redundaram em assentamentos rurais anteriormente, a exemplo dos Assentamentos Amaralina e União, no município de Vitória da Conquista, o primeiro datado do ano de 1987 e o segundo do ano de 1990, fruto da organização de outras entidades classistas e sindicais, bem como da atuação da Comissão Pastoral da Terra (ligada a Igreja Católica). (SOUZA, 2008)

Cheguei depois do conflito, que ocorreu em junho de 1994. Fiquei um ano e meio no acampamento. E fiquei trabalhando em fazendas, fazendo diárias. Não tinha apoio do governo. E quem trabalhava vivia, quem não trabalhava desistia, e outros já chegavam até passar necessidade aqui. Quando cheguei, tinham 250 famílias. Mas foram desistindo por conta de não arrumar serviço. O fazendeiro aqui tinha contato com outros fazendeiros da região e dizia para não arrumar trabalho para a gente. Se chegasse numa fazenda pedindo emprego e dizia que era sem terra, os caras nem para você olhava. Eu tenho um vizinho hoje que era considerado rico, eu já cheguei na porta da fazenda dele e chamar, bater palma, e ele dizia que não dava trabalho pra sem terra.

Depois de criado o assentamento pelo Incra, os sem terras esbarrariam em outro problema: a falta de organização por parte do Governo Federal em desenvolver políticas para que os assentados pudessem, da terra do assentamento, de 1.200 hectares, garantir o sustento das suas famílias.

Tal realidade reflete o resultado das políticas estruturais e a opção do Estado brasileiro, em seu caráter de classe, no sentido de valorizar o agronegócio como a política fundamental para o chamado desenvolvimento do campo brasileiro. Nesse processo, ações para se apropriar da produção camponesa se efetivam na tentativa de silenciamento da luta histórica dos camponeses, seu papel enquanto classe social, buscando, ideologicamente, reduzir esses sujeitos a meros produtores para o mercado, incorporado e difundido pelo termo genérico de agricultor familiar (SOUZA, 2008).

Conforme o registrado pela revista "Conquista News", o governo concedeu a título de crédito, via Banco do Nordeste, apenas o dinheiro (R\$ 13.000) para que cada família investisse nos assentamentos, sem assistência técnica ou orientação alguma.

E aliado a isso, houve ainda o desperdício de verba pública, pois boa parte dos assentados não soube fazer o uso do dinheiro, seja por falta de orientação ou de assistência técnica. Muitos gastaram com o plantio do café, porém sem chuva, em um ano muitos pés morreram e ficaram no prejuízo.

Com relação à dívida com o Banco do Nordeste, a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Mocambo informou que o banco deu desconto e ela foi paga pelos assentados.

A queixa de sempre no assentamento é a falta de água, segundo relata o assentado N.P.S. 63 anos, que reclama ainda da falta de apoio governamental:

Não têm chegado recursos, os lotes, todos ocupados e produzindo, uns mais e outros menos. Mas já teve pessoas que venderam lotes, a idade avançou, não tinha com quem ficasse com os bens deles. Não é lícito

vender, mas também não é obrigado a pessoa ficar aqui sem ter condições de tocar o lote, e nem pode sair de mãos limpas também. A água aqui é difícil, na minha área eu produzo café, leite, mandioca, vendi o gado na seca, mas quero comprar agora. Produz feijão de ocasião. Plantei um pouco, mas quando a chuva veio eu perdi, tinha plantado em outubro, não deu milho também. Eu sou aposentado, ganho R\$ 12 mil e pouco por ano. A gente faz uma roça, mas não tem um trator, a prefeitura mandava o trator, mas hoje não manda mais. Já fizeram muito mais com a gente. A dívida com o Pronaf teve um desconto e as pessoas resolveram, teve um abate de 95% e a dívida foi paga. Só uma taxa mesmo para sanar logo o problema, ninguém aqui deve mais. Deve ter umas 800 cabeças de gado no assentamento, tem poucos pés de café, cerca de 100 mil. Mas já teve mais de 200 mil pés, já colhemos muito café aqui, cerca de 30 sacas a 70 sacas de café.

A falta de água é o principal problema do assentamento, e por isso nunca houve por lá um sistema de irrigação. Para o consumo humano, há três caixas de 13 mil litros de água que atende a metade dos assentados.

Em 2014, o Governo Federal construiu cisternas para armazenamento de água da chuva no lote de cada assentado. Sem água, sem assistência técnica, os assentados passaram anos até encontrar algo para eles terem renda: a criação de gado, atividade da antiga Fazenda Mocambo.

O assentado F.F.S. conta sobre as dificuldades por causa da falta de água:

Estou assentado desde 1994, vivo aqui da minha agricultura. Comecei com café e hoje crio gado. Plantava feijão, milho e outras culturas. Não deu para viver do café. Mas tenho milho, feijão, palma, cana, tenho a cultura de subsistência. Vivo aqui assentado. Minhas três filhas ficam parte do tempo em Conquista e eu fico aqui. Minha esposa é professora do ensino médio em Conquista. O acesso a água sempre foi muito difícil. O lençol freático daqui é muito fraco. Abriram seis poços artesianos aqui, mas dos seis só tem dois que dão uma água pouca e de má qualidade. Abriram um perto dos meus vizinhos que deu mil litros de água, quando foi com a bomba agora, só deu 600. Eu não tenho irrigação, minha água é de cisterna, só dá para o consumo da carne e os animais. E não conseguimos até hoje fazer um sistema de irrigação por conta da falta de água, que a gente não tem. Soube do projeto de água de tratamento de esgoto para Embasa, que dava para irrigação. Houve essa conversa nos bastidores, mas isso nunca saiu dos bastidores. Inclusive essa água é coletada por um fazendeiro vizinho da estação da Embasa, mas não chegou até nós. Usa lá pelo fazendeiro. Mas acho até difícil por conseguir esse sistema de irrigação.

Na falta de água, que além de prejudicar a plantação, inviabilizava ainda a criação de gado, os assentados encontraram um forte aliado: a palma, conforme relata F.F.S:

Ela é uma planta que não requer muita água, de um lugar muito seco. Como aqui estamos numa situação semiárida, essa planta tem muita água,

85%, filtrada pelas raízes dela. Hoje, quando servimos, botamos 80 quilos de palma por dia para as vacas. Nós estávamos com dez vacas no cocho que bebia cerca de 500 a 600 litros de água por dia. Com a palma o consumo de água caiu a 350 a 400 litros. A palma é melhor que o capim anapiê, capim de porte que requer muita água de chuva e terra mais forte. Tenho um pluviômetro que meço lá desde 2008 e eu controlo temperatura e índice de chuva. Ano passado choveu 1.244mm. Em 2015 choveu 600mm, em 2014 pouco mais de 500mm. Temos 15 vacas de leite, sete delas estão paridas. Hoje tiramos uma média de 100 litros de leite dia, o que dá uma média de R\$ 3,5 mil por mês do leite. Tenho a muda de palma, que vendo uma média de 200 mil mudas por ano. A muda de palma sai em torno de R\$ 0,20.

A história pessoal do assentado F.F.S. mostra que a interferência do fator climático na saída das pessoas do campo. Ele foi parar no acampamento do MST depois de ter saído de Boa Nova, onde uma seca assolou as plantações. Ele relata ainda sobre a falta de assistência técnica:

Eu já vim de roça, sou de Mirante, mas na época que vim morava em Boa Nova, eu tinha um ano e pouco de casado, minha filha mais velha tinha nascido há pouco tempo, vim para cá em setembro de 1994, minha esposa era professora concursada em Boa Nova, ela ficava lá e eu aqui. Foi muito difícil porque eu vim para uma terra que eu já tinha o costume de trabalhar. Já mexia lá com gado, cabra e roça de feijão, milho, mandioca, algodão, mamona em Mirante. Em Boa Nova mexia com horta. Mas aí pegamos aquela seca de 1993, que secou tudo e trabalhava em terra dos outros, e minha opção foi vir para cá. Minha esposa se mantinha lá em Boa Nova com minha filha por ser professora. Quando foi em 1996, quando nasceu minha segunda filha, eu já estava assentado, aí minhas coisas estava mudando. Veio o incentivo do MST, de uma equipe técnica do Incra, que era coordenada pelo MST, começamos a trabalhar, de forma errada, todo mundo aqui investiu em café e quase todo mundo se deu mal, 80%. Houve um recurso do Incra financiado de R\$ 7.500 para cada assentado, mas o projeto foi destinado a café da maioria, uns 80%, e o que foi para gado a pessoa não teve a orientação para primeiro fazer a comida e depois dar para os animais. Teve gente que comprou o gado, mas não tinha comida, passou seis meses, um ano, o gado morreu de fome. Foi falta de conhecimento dos assentados e de orientação também. O suporte técnico não era aquele suporte todo que precisava ser dado. Só vinha uma equipe que elaborava um laudo e que dava o encaminhamento para a pessoa acessar o recurso, e ia embora. Não tinha aquele acompanhamento de dar curso, de ensinar a plantar, a manejar o gado, a roça. Não teve isso.

O assentado M.P.S. conta sobre incentivos governamentais que recebeu, mas que deixaram a desejar:

O Incra contribuía com alguma cesta básica, o que recebemos do governo quando recebemos o assentamento foi um tempo de lona para comprar ferramenta, depois R\$ 2 mil reais para fazer uma casa, e outros foi projeto que fizemos e teve de pagar, começou a plantar café, mandioca, tinha 2 mil pés de café, a seca foi perdendo o café e hoje não tem café algum, hoje só tenho gado, cerca de 20 cabeças de gado, leiteiras, pra alimentar o gado uso a palma, quase um hectare de palma, já ajuda na economia com água.

E vai remando. Cria galinha, peru para o consumo. Teve um projeto de avicultura familiar, mas não foi à frente. Teve curso do SENAR, eu não sabia mexer com gado, hoje não preciso pedir a quase ninguém, consigo resolver meu problema. Aprendemos com o SENAR cursos muito bons. Uma boa parte é muito devagar, aqui não tem 20% que sobrevive do lote, o resto vive de trabalho para fazendeiro, não consegue tirar o sustento do próprio lote, vive da diária, já aposentou muita gente também. Aposentadoria de R\$ 2 mil e pouco. Tenho um sonho realizado, quando vim pra cá morava no Alto Marom, morei pouco tempo, nasci na zona rural de Barra do Choça, onde trabalhava na plantação de café. Vim pra Conquista porque não tinha nada na zona rural, tinha vendido a terra de herança, depois fiquei sabendo do MST por meio de trabalho de base que eles faziam nos bairros e vim para cá. Hoje, me sinto um pequeno produtor.

O apoio de entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Micro Empresas (Sebrae) foi essencial para alguns assentados melhorarem de vida, como relata F.F.S.:

Anos depois, quando começamos a desistir do café, doze anos depois, aí que vim partir para o SENAR, trouxe alguns cursos aqui para dentro, e hoje só tenho a agradecer ao MST e a DEUS, ao SENAR e ao SEBRAE. No SENAR, aprendi o manejo animal, inseminação, manejo de pastagens, higiene de ordenhas, muita coisa lá no SENAR. Não teve curso para ninguém, daqui e de outros assentamentos participaram. Teve um curso que participamos do SENAR, o Pró-SENAR LEITE, que foi tudo dentro da cadeia do leite, como manejo do animal, manejo de pastagem, manejo de forragem, higiene de ordenha, de vaqueiro, de inseminação. Isso me trouxe um benefício que me ajudou muito. Naquela época, de 2005, quando comecei a fazer esses cursos, eu tinha umas vacas que tirava 5 litros de leite por dia em cada uma, o que dava uns 30 litros no total. Hoje, essas vacas aí eu cheguei a botar para produzir até 15 litros. Já chegamos a tirar aqui até 140 litros por dia nos mesmos animais. Esse leite é vendido para atravessadores. Já vendemos para a Cooperativa de Leite de Barra do Choça, primeiro para o atravessador, depois para o Fome Zero, que ficou por seis anos, e voltou para os atravessadores. Saímos do Fome Zero porque o programa demorava muito para pagar. Hoje meu leite eu vendo para um rapaz que faz queijo. E vamos começar a criar porco, vamos aproveitar o soro.

A luta do MST no caso do Assentamento Mocambo pode ser interpretada pela perspectiva geográfica destacada em “O Manifesto Comunista”, de Karl Marx e Friedrich Engels, por parte do geógrafo David Harvey (2001).

A leitura de “O Manifesto”, diz Harvey, “revela como a burguesia conquistou seu poder *vis-à-vis* todos os modos de produção precedentes, mobilizando o controle sobre o espaço como força produtiva peculiar a si mesma. Mostra como a burguesia, continuamente, aumentou e protegeu seu poder pelo mesmo mecanismo. Portanto, resulta que, até o movimento da classe trabalhadora aprender como enfrentar o poder burguês

para controlar e produzir espaço, sempre disputará a partir de uma posição de fraqueza em vez de uma posição de força” (2001, p. 215).

Podemos interpretar essa posição com uma certa dependência que o MST ou qualquer outro movimento social, possui no que se refere ao desenvolvimento de suas ações, tendo em vista que para que elas possam ser concretizadas precisam de recursos financeiros para fomentar novas formas de ocupação do espaço.

E mais que isso: precisam de autonomia desses recursos e do como planejar a produção, a partir de suas demandas concretas e não do que o mercado define.

Tal relação só se torna possível a partir do momento em que as contradições são evidenciadas e a luta pela superação dessa forma hegemônica, voltada à extração do valor, se torna indispensável.

Esse enfrentamento se evidencia nos trabalhadores da periferia urbana e daqueles que lutam por formas de permanência na terra, no campo.

Enquanto prevalece a lógica do lucro, não da vida, torna-se impossível, talvez, seja até imaginar um movimento social, do campo ou da cidade, que sobreviva e realize mudanças significativas frente ao modo capitalista moderno.

5. Considerações finais

O MST, ao longo da sua existência e atuação, tem colaborado para uma nova configuração no espaço social no campo no Brasil, por meio das ocupações que acabam gerando assentamentos rurais.

Colabora ainda para denunciar a concentrada estrutura fundiária brasileira, a aliança entre capital e Estado, via apropriação privada da terra, dos recursos e do trabalho socialmente despendido e apropriado pelos donos dos meios de produção.

O Assentamento Mocambo reflete a luta de classes em outros locais do mundo, onde os trabalhadores tomaram consciência da estrutura social vigente, da sua participação nas lutas por melhores condições de vida, da distribuição geográfica das riquezas.

Reflete, ainda, como a falta de ação governamental, no que se refere a fornecer as condições essenciais para que as famílias de assentados possam se desenvolver no campo, prejudica o desenvolvimento do próprio assentamento.

Dos relatos que se obteve, percebe-se que só agora é que alguns dos assentados vieram a ter algum tipo de desenvolvimento no campo, depois de terem de ir buscar por

conta própria assistência técnica e cursos de capacitação que os ensinaram a conviver melhor num lugar onde o acesso à água é muito difícil.

A produção do espaço agrário no Assentamento Mocambo lembra David Harvey, ao comentar sobre o “O Manifesto”, onde ele destaca a importância de os movimentos sociais “chegar a um acordo com as condições e diversidades geográficas da sua própria existência” (2001. p, 215).

Entendemos que no Brasil é preciso reduzir as desigualdades e alcançar o desenvolvimento mais equânime, e que no campo esse processo perpassa pela perspectiva da reforma agrária, com todo limite que essa ação possua enquanto uma política pública.

Acredita-se que uma melhor distribuição da terra, bem como aperfeiçoamento do seu controle, permite assegurar, minimamente, direitos individuais e coletivos.

Para o homem do campo, e a família camponesa como um todo, o acesso à terra é a própria condição de trabalho, de reprodução da vida, quiçá de escapar de esquemas mais perversos de exploração do trabalho a que historicamente o trabalhador do campo encontra-se submetido.

Mas o processo de acesso a terra, por si só, não é o suficiente, como bem demonstrou a realidade concreta dos assentados do Mocambo. É necessário mexer nas estruturas do Estado, e do próprio papel que as empresas capitalistas que atuam no campo desempenham na condução das políticas agrárias.

Do contrário, as dificuldades para a reprodução dos assentados se crescem, e embora a manutenção da terra de família seja importante, não é o suficiente para que sujeitos sobrevivam apenas do trabalho praticado nesta, tendo, constantemente, que vender a sua força de trabalho fora da área.

Faz-se necessário, portanto, reformas estruturais e políticas públicas efetivas que possam ir ao combate às causas estruturais destas desigualdades, o que irá contribuir para uma sociedade mais justa.

6. Referências

- COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. Revista "São Paulo em Perspectiva". Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001, pgs. 105-118.
- CONQUISTA NEWS. **Conheça o MST por dentro**. Ed. Jan./Fev. 2005, pgs. 8-11.
- GOMES, Horieste. **A produção do espaço no capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006
- NOVAES, Regina Reyes. **A trajetória de uma bandeira de luta**. Editora MAUAD. Rio de Janeiro, 1998.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008.
- SOARES, Venozina de Oliveira. **A Territorialização da Reforma Agrária em Barra do Choça: os assentamentos Mocambo, Cangussu e Pátria Livre**. Revista Geográfica de América Central, Costa Rica, número especial, páginas 1-16. Vol. 2, Núm. 47E, 2011.
- SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso "hegemônico" do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2008.
- _____. **Luta Pela Terra e Reprodução Camponesa no Sudoeste da Bahia**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-27.